

SERÁ MESMO O DIABO? EXPANSÃO DA DENDEICULTURA E O CAMPESINATO NA AMAZÔNIA PARAENSE¹

Claudiane de Fátima Melo de Sousa²

RESUMO

A partir de 2004, no contexto do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis (PNPB) a expansão do dendê na região nordeste paraense recebeu acelerado investimento. Neste contexto a agricultura familiar foi incentivada a plantar dendê para fornecer matéria prima às empresas produtoras de biodiesel, entre elas a Vale e a Petrobrás Biocombustíveis. Esta pesquisa consistiu na interpretação dos impactos da dendeicultura no modo de vida camponês daquelas famílias que estão atreladas a estes grandes empreendimentos, e se estes impactos têm levado estas famílias à proletarização ou se ao contrário, elas têm criado estratégias de reprodução da agricultura camponesa para resistirem às investidas do capitalismo e se manterem como sistema de reprodução social e econômica. A pesquisa averiguou que embora haja um esforço deliberado para a expropriação das famílias e sua completa subordinação, as famílias integradas têm mantido suas práticas culturais e lutado para manter-se em seus sistemas culturais específicos. A integração não vem se dando sem tensões e disputadas de poder. De um lado a empresa desrespeitando a lógica da produção camponesa e de outro, camponeses integrados lutando para manter seu modo de vida.

Palavras-chave: Dendê. Biocombustíveis. Campesinato.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa apresentar resultados de uma pesquisa realizada com camponeses que firmaram contratos de assistência técnica, compra e venda de produção de dendê (*Elaeis guineensis Jacq.*) com a empresa Biopalma no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso de Biocombustíveis. O recorte geográfico da pesquisa foi o Projeto de Assentamento Taperuçu, localizado no município de São Domingos, Estado do Pará.

As inquietações que mobilizaram a pesquisa partiram das constantes afirmações oriundas de movimentos sociais, de secretarias de agricultura, da empresa e que foram tomando força no discurso acadêmico de alguns grupos de pesquisa que defendiam que a expansão da dendeicultura inaugurava um campo sem camponeses. A própria empresa trabalhava arduamente pregando a conversão dos agricultores em empresários e a assistência técnica também reforçava esse discurso fazendo suas orientações voltadas para a superação da lógica camponesa.

¹ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, concentração em antropologia, da Universidade Federal do Pará no ano de 2015.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, na Universidade Federal do Pará. E-mail: nannisousa2004@yahoo.com.br

Veio então a questão, que até então eu achava estar superada: a conversão do campesinato em uma classe do capitalismo. Em 2012 tive a oportunidade de compor uma equipe designada para elaborar Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e emitir Cadastro Ambiental Rural (CAR) para agricultores familiares cadastrados pela empresa Biopalma para plantarem dendê e fornecerem essa matéria prima para a empresa.

Durante três meses fiquei com a equipe fazendo esse trabalho. Na época, recém-saída da graduação, tinha me apaixonado pela Antropologia Econômica e pude com o referencial teórico da disciplina ter a sensibilidade de olhar diferente acerca das especificidades daquelas famílias.

Se para muitos as desistências de se integrar ao agronegócio do dendê era por indolência e preguiça atribuída aos caboclos Amazônicos, para mim estava latente que as desistências eram fruto da incompatibilidade entre as duas visões de mundo, uma capitalista e outra campesina. O modelo e as condições de integração sobrepujavam a autonomia e as especificidades não só da economia camponesa, mas também sua lógica e simbólica de produção de vida.

Com o constante reforço do discurso da proletarização, feito pela academia, e da conversão de agricultores despossuídos em empresários, defendido pela empresa, pensei ser salutar pesquisar sobre o assunto e contribuir com o debate que tomava corpo na região Amazônica: a conversão de agricultores familiares em uma classe do e para o capital. E o grande motor pra minha decisão em pesquisar a questão foi a resistência que as famílias demonstravam às ações voltadas para sua subsunção e proletarização.

Das diversas incursões que fiz em campo, visitando e entrevistando agricultores nos municípios de São Domingos do Capim, Moju e Acará, o assentamento Taperuçu foi o local que escolhi para fazer a etnografia. A etnografia consistiu em eu ficar em campo, hospedada na casa de uma família. Essa família também me acompanhou em visitas a diversas outras famílias.



Figura 1. Ao centro da fotografia uma das famílias entrevistadas e ao lado esquerdo minha anfitriã, d. Marlene e seu caçula. Foto: Claudiane Sousa, julho/2014.

As incursões em campo foram intercaladas com os períodos de escrita a fim de fazer o diálogo comparativo entre a teoria e os dados, bem como sujeitar os dados a novas observações, quando do retorno em campo. Ao final da pesquisa, antes de apresentar o trabalho à banca examinadora submeti a pesquisa às famílias que foram interlocutoras e, em certa medida, co-autoras da pesquisa.

Assumi este compromisso com as famílias, pois, ainda que elas tenham me dado autorização para entrevistá-las, acompanhá-las em seu dia-a-dia e fotografá-las, elas desconheciam, assim como eu, o resultado final de toda essa coleta de dados e informações. Victora Ceres (2010), afirma que toda descrição com palavras e imagem da experiência social de grupos e pessoas configura uma forma de apropriação da experiência do outro, deste modo, a interpretação da realidade do outro e como a apresentamos deve ser feita com muita cautela, ética e responsabilidade.

Considerando que “o processo de descoberta antropológica resulta de um diálogo comparativo, (...) entre a teoria acumulada da disciplina e a observação etnográfica que traz novos desafios para ser entendida e interpretada” (PEIRANO, 1995, p. 41), a incursão em campo não se deu sem a precedência de um arcabouço teórico.

Nestes termos, como procedimento metodológico articulei o olhar, o ouvir e o escrever haja vista que esses atos isoladamente não seriam suficientes para alcançar as estruturas das relações sociais. Roberto Cardoso de Oliveira (2006) pondera que o *olhar*

e o *ouvir* disciplinados pela teoria antropológica possibilitam a percepção. Enquanto que o *escrever* consiste em exercitar o próprio pensamento, este é mesmo o ato criativo do antropólogo.

A utilização de entrevistas foi a técnica escolhida para o *ouvir*, a observação participante foi a técnica escolhida para o *olhar* e por meio delas intentei obter as explicações dos interlocutores sobre a integração à empresa Biopalma e sobre a organização do trabalho e rendimento do dendê, a organização do trabalho, da família e da vida social.

A etnografia, no entanto, foi uma etnografia dividida, pois busquei entender a empresa e o Programa Agricultura Familiar (PAF) da empresa Biopalma, para tal fiz também pesquisa com e na empresa, entrevistando seus empregados, acompanhando atividades da empresa nas comunidades rurais, bem como me hospedei em uma das fazendas da empresa a fim de conhecer o cotidiano de trabalho no dendê e a organização do trabalho com agricultores.

No referencial teórico parti de críticas aos pressupostos da econômica clássica e neoclássica que vê o mercado como um ente autorregulável e que pressupõe os atores sociais como hedônicos, interesseiros, ávidos para a barganha e a permuta.

A partir de uma leitura de Michel Taussig (2010), Karl Polanyi (2002), Ricardo Abramovay (2009), Klass Wortmann (1988), Marcel Mauss (2002) e Eric Saborin (2009) demonstrei que há outras formas de economia e esta está imbricada nas relações sociais e não é uma vida a parte com uma ética diferente e a-social.

O fio condutor analítico partiu do conceito de campesinato, considerando este heterogêneo e multifacetado. As análises empreendidas veem o campesinato para além da dimensão econômica, como já expresso por Klass Woortmann (1988).

Considero que os camponeses para além de se atrelarem ao mercado operam com uma lógica interna movida por uma ética, uma visão de mundo e *habitus* (BOURDIEU, 1989) que não deixam de existir pela presença da tecnificação ou pela integração. Neste sentido, além das constatações externas, busquei apreender a lógica e a simbólica camponesa por meio não só das práticas, mas do próprio discurso.

A pesquisa em campo demonstrou que ainda que as famílias integradas ao agronegócio do dendê estejam envolvidas em relações assimétricas, em que o seu modo de vida vem sendo submetido à lógica da produção capitalista, com cobranças de elevação de produtividade e trabalhos além da jornada comum a fim de cumprir com as metas impostas pela empresa, essa subordinação não vem ocorrendo sem conflitos e resistências.

2. CAMPESINATO, RESISTÊNCIA E MODO DE VIDA

Como já falei anteriormente, a categoria campesinato foi o fio condutor de minhas análises. Discutindo a pertinência ou não das teorias que veem o campesinato apenas como um resquício e uma forma atrasada de reprodução.

Para além da visão Chayanoviana de economia camponesa optei olhar para além da economia e ver o campesinato como um todo, uma visão de mundo e um modo de vida que não é pré-determinado e nem cabe em modelos prontos e acabados, mas tem que ser visto e percebido em movimento e nas práticas quotidianas.

Para José de Souza Martins (2009) as análises do avanço do capitalismo no campo que privilegiaram um viés marxista-estruturalista de inspiração althusseriana (ou vulgarização deste) não são capazes de reconhecer a diversidade de tempos históricos dos atores sociais que se encontram na fronteira.

Este não reconhecimento de tempos históricos distintos implica em não reconhecimento da diversidade de racionalidades, ou seja, todos os grupos sociais são analisados sob o viés das categorias capitalistas e sob este enfoque, irremediavelmente, os camponeses se transformariam em uma classe do capitalismo.

Maria Nazareth Wanderley (2011) arrazoia que a partir da década de 1960 se consolidou no país um novo paradigma, que culminou com a afirmação da natureza capitalista da agricultura brasileira e fim da dicotomia moderno *versus* atrasado, numa oposição dicotômica entre campo e cidade.

Todavia, essa superação dicotômica não foi total, pois, os estratos menos capitalizados e que detinha na produção familiar a base de sua reprodução continuaram ser vistos como um sistema em vias de ser superado.

Os estudos rurais analisados por Maria Wanderley e o dirigidos e feitos por ela mesma mostram que a despeito do avanço do capitalismo no meio rural, do projeto modernizador e da consequente expulsão de grandes contingentes de pequenos agricultores de grandes propriedades, uma parte significativa desses pequenos agricultores conseguiu continuar a organizar as atividades produtivas, permanecendo produtores de mercadorias. A isto Maria Nazareth Wanderley (2011) acrescenta:

Para aqueles que acreditavam que o campesinato tenderia, historicamente, a desaparecer com o desenvolvimento do capitalismo, essa parecia uma situação inusitada, para cuja compreensão pouco valeriam as relações pré-capitalistas ou não capitalistas. (p. 76).

Mas, se nem toda a pressão da modernização da agricultura, o avanço do capitalismo no campo, os complexos agroindustriais e a perseguição da ditadura foram capazes de acabar com o campesinato, na década de 1980 o termo agricultura familiar entra em voga e passa a dominar os discursos.

Sérgio Schneider (2006) considera que a agricultura familiar tem “maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista moderna” (p. 8). Para este autor, as formas de produção familiar sofrem transformações, de tal maneira que os modos de vida também vão sendo transformados, embora não subsumidos totalmente pelas formas capitalistas de produção.

Considero equivocado pensar que ao se integrar ao mercado os grupos camponeses deixam sua condição camponesa, se transformando então em agricultores familiares. Visão equivocada por dois ângulos. Primeiro, porque a integração ao mercado é mais uma forma dos camponeses se reproduzirem, mas a totalidade de seu mundo não é organizada sob a lógica de mercado. (COSTA, 2012; MARTINS, 2009; TAUSSIG, 2010).

Segundo, porque agricultor familiar não é outro sujeito social que emergiu recentemente no meio rural, ele contém o camponês que recebeu esta nomenclatura institucionalizada pelo Estado e apropriada pelas categorias do campo para reivindicarem seus direitos e conquistar uma política pública (WANDERLEY, 2009), como nos termos de Edna Silva Moreira e Jean Hébert (2009) “uma simples mudança de denominação (...) em substituição, por comodidade pragmática, a *campesinato*”(p. 187).

Embora essa mudança não seja simples, mas esteja marchetada de significados, sobretudo, ideológicos e políticos, forjados em arenas discursivas e práticas na disputa por poder, é preciso, contudo, reconhecer o caráter camponês da agricultura familiar. E aqui é importante estabelecer um ponto: entendo o campesinato dentro da agricultura familiar, porém, nem todos aqueles que estão sob a égide da agricultura familiar são camponeses.

A meu ver pensar a agricultura familiar simplesmente sob a ótica da modernização e logo, substituta do campesinato é reificar a compreensão do campesinato como desprovido de capacidade de se articular ao mercado, de utilizar-se de tecnologias agrícolas e de romper com as formas menos mecanizadas de produção.

É reafirmar não só o caráter marginal de produção, mas também estereótipos e discursos de subalternização dos camponeses. Nesta perspectiva e, corroborando com Delma Peçanha de Neves, penso que o termo agricultura familiar não pode ser utilizado como um conceito, pois seu caráter “é descritivo e politicamente classificador” (NEVES, 2002, p. 137).

Portanto, a categoria de análise por mim escolhida foi campesinato, reconhecendo este em sua diversidade de atores e grupos sociais, que resguardadas as peculiaridades, guardam entre si modos específicos de produzir e reproduzir a vida social, política e econômica.

Ainda que integrada à produção capitalista, como é o caso das famílias que estão integradas às empresas de dindê, a produção camponesa se organiza sob uma lógica distinta da capitalista. Enquanto uma se baseia no valor de uso a outra se funda no valor de troca.

Deste modo, na economia camponesa o ciclo M-D-M parte do extremo de uma mercadoria e se encerra no extremo de outra mercadoria, que sai de circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final.

O ciclo D-M-D, pelo contrário parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca.

É necessário, no entanto, pensar o campesinato, ou a agricultura familiar para além da produção econômica, pois, se é verdade que o central na economia camponesa é o valor de uso, Klass Woortmann (1988) propõe um olhar para além dessa produção e afirma que mais que valor de uso o campesinato gera o uso como valor. Isto que remete a uma ética camponesa, segundo a qual a terra é mais que um bem da natureza onde a família projeta seu trabalho, a terra é vivida como patrimônio onde a família se reproduz enquanto valor.

Sobre a lógica da produção camponesa Ellen e Klass Woortmann (1997) analisam que “ao trabalhar a terra o camponês realiza outro trabalho: o da ideologia, (...), pois o processo de trabalho, além de ser um encadeamento de ações técnicas, é também um encadeamento de ações simbólicas” (p. 15). Essas ações simbólicas podem ser vistas nos diversos estudos rurais no Brasil a fora, bem como foram percebidos durante a pesquisa de campo.

Antes de fazer apresentação e análise da pesquisa irei tratar sobre a política que orienta a expansão da dendeicultura e a integração de agricultores familiares ao agronegócio do dendê.

3. O CONTEXTO EM QUE SE INSERE A PESQUISA – O PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL E O PROGRAMA PALMA DE ÓLEO

Em dezembro de 2004, o governo federal lançou o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), um programa interministerial objetivando a implantação da cadeia produtiva de biodiesel no Brasil.

As principais diretrizes do PNPB seriam: “Implantar um programa sustentável, promovendo inclusão social; garantir preços competitivos, qualidade e suprimento; produzir o biodiesel a partir de diferentes fontes oleaginosas fortalecendo as potencialidades regionais para a produção de matéria prima”. (GTI. 2003, p. 5).

Diferentes oleaginosas foram zoneadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para as distintas regiões do país. O governo brasileiro entendeu que assim estaria fortalecendo as regiões de acordo com suas aptidões e potencialidades.

Deste modo, para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste a soja foi a matéria prima mais indicada; para o Nordeste a mamona e para a região Norte, ainda que a soja tenha sido zoneada, foi o dendê que se tornou o carro-chefe e seu plantio vem sendo incentivado em toda a Amazônia Legal brasileira.

Para os Arilson Favareto et al (2011), o PNPB procura explorar três critérios de eficiência, o ambiental, o social e o econômico. Todavia, esses critérios encerram controvérsias e muitas polêmicas. Sendo as vantagens sociais, econômicas e ambientais sempre postas em xeque. Na dimensão ambiental tem-se a inegável vantagem de ser menos poluente que os combustíveis fósseis, no entanto, os impactos ambientais da produção agrícola para a produção do biodiesel estariam sendo subdimensionados.

A eficiência social se daria pela integração de agricultores familiares à produção do dendê via contrato de produção e venda de matéria-prima. Essa dimensão seria o suporte para a eficiência econômica, pois aos produtores de biodiesel que adquirissem matéria-prima de agricultores familiares seria concedido o Selo Combustível Social (SCS)³ o qual, entre outras vantagens, confere redução ou isenção tributária aos seus detentores.(BRASIL, 2004).

De acordo com Alice Lima (2012) o custo de produção do biodiesel chega a ser três vezes maior do que o custo de produção do diesel. Do custo total de produção do biodiesel a fase agrícola pode representar até oitenta por cento. Deste modo, chega a ser imperativo que as empresas adquiram o SCS e seus benefícios.

Na esteira do PNPB, em 2010 foi lançado o Programa de Produção Sustentável de Óleo de Palma no Brasil, ou Programa Palma de Óleo. Entre as linhas deste programa está o zoneamento agroecológico da palma de óleo⁴. Este zoneamento elegeu as áreas aptas ao plantio do dendezeiro a partir do cruzamento das aptidões edafoclimática e de áreas alteradas e supostamente sem uso, às quais se convencionou classificar como degradadas.

O Programa Palma de Óleo é de 2010 e, embora traga em seu título que se trata de um programa de abrangência nacional, tem se focado muito mais na região Norte e é

³ identificação concedida pelo, hoje extinto, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) ao produtor de biodiesel que cumpre os critérios estabelecidos pelo MDA estabelecidos e publicados em Portaria.

⁴ nomenclatura utilizada pelo governo e amplamente aceita em detrimento do nome dendê.

baseado em três diretrizes, preservação da Floresta e da Vegetação nativa; expansão da produção integrada com agricultura familiar e estabelecimento de Territórios

O programa Palma de Óleo também trouxe linhas de crédito para investimento na implantação do dendê seja por agricultores familiares seja por agricultores ligados ao setor patronal. Deste modo, estavam criadas as condições mínimas para a expansão da dendeicultura na região Amazônica e incentivo à integração da agricultura familiar.⁵

4. ELEMENTOS GERAIS DA INTEGRAÇÃO: CONDIÇÕES, CONTRATO E FINANCIAMENTO

O recorte da pesquisa se dá em analisar a integração ao agronegócio do dendê, com recorte nos contratos celebrados com a empresa Biopalma, uma empresa majoritariamente da Companhia Vale.

Constituída em 2007, a empresa Biopalma tem sede em Belém do Pará e atua em dez municípios do Nordeste paraense objetivando produzir óleo de palma e seus derivados para atender, prioritariamente, a produção do biodiesel. Antes minoritária na composição do capital da empresa, desde 2009 a Vale assumiu o controle das ações da empresa Biopalma (ALMEIDA, 2012), da qual, por ocasião do último levantamento (agosto/2014) detinha setenta por cento de participação.

A empresa Biopalma tem atuação descentralizada e se organiza no que eles chamam de pólo. Os pólos da empresa têm base física em quatro municípios, que se estendem por municípios vizinhos onde a empresa Biopalma trabalha. Os quatro pólos são situados nos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju e Tomé Açu. Esses quatro pólos atendem municípios vizinhos totalizando dez municípios onde há plantios da empresa e agricultores integrados.

Os municípios que compõem a área de atuação da empresa são: Abaetetuba, Acará, Aurora do Pará, Barcarena, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Moju, São Domingos do Capim, Tailândia e Tomé-Açu.

⁵ Não cabe nos limites dessa seção discutir a problemática que envolve o campesinato e a agricultura familiar. Saliento apenas que não coaduna com as visões que consideram que a agricultura familiar é a fase avançada do campesinato como querem alguns. Esse posicionamento será melhor problematizado em seções adiante.

Apesar de ter sede em Belém, a estrutura administrativa da empresa está no pólo município de Moju às margens da rodovia PA 150, a trinta quilômetros da sede do município. É nesse pólo que também está instalada a indústria de processamento de frutos para produção de óleo bruto de dendê, ou de palma, como é adotado pela empresa e pelo mercado.

Desde 2012 está em operação no município de Moju a primeira esmagadora, com capacidade para esmagar cento e vinte toneladas de Cacho de Fruto Fresco (CFF) por hora. Nessa indústria apenas o óleo bruto é extraído e como o biodiesel ainda não vem sendo produzido, o óleo produzido está sendo comercializado para empresas alimentícias. As principais empresas compradoras são Bunge, Mariza e Cargil. (dados de campo levantados pela autora, agosto de 2014).

Está em andamento, às margens do rio Acará, a construção de outra esmagadora, com capacidade cinco vezes maior que a atual. No complexo industrial do Acará haverá três plantas industriais, uma para extração do óleo bruto, outra para extração do palmiste e a de produção do biodiesel.

Para atender a demanda do complexo agroindustrial serão necessários oitenta mil hectares de dendê, dos quais sessenta mil seriam plantados pela própria empresa e vinte mil pela agricultura familiar. Segundo informações obtidas nas entrevistas com empregados da Biopalma, atualmente a empresa já tem os sessenta mil hectares de dendê, tanto em áreas próprias quanto em áreas arreadadas.

A previsão de inclusão de duas mil famílias não vem se mostrando fácil, a empresa vem enfrentando dificuldades na integração de famílias. Segundo entrevistados o principal problema é a dificuldade de acesso às comunidades rurais, com estradas e ramais em péssimas condições de manutenção, o segundo é a DAP que demora a ser emitida e por fim, o alto índice de inadimplência dos agricultores da região.

Atualmente estão entre quinze e vinte por cento - Tem que conseguir ainda famílias um mil e setecentos, aproximadamente, pra entrar no programa. Tem hoje aprovados mais com avaliação de implantação, pra acesso, verificação de capoeira, de idade de capoeira e tudo, tem trezentos e oitenta, mas ainda falta alguns nomes serem totalmente liberados pelo banco. Hoje/um dos problemas hoje que nós encontramos é a inadimplência, tá, um dos...o outro problema que nós tínhamos, mas que já está sendo resolvido é, era a DAP, ai depois que a DAP sai, nós vamos, encaminhamos o projeto pro banco, o problema tá na inadimplência, que é alto demais. (entrevista concedida em Janeiro de 2014).

Os empregados da Biopalma citam a falta de comprometimento do poder público com as vias de acesso às comunidades rurais e sem acesso, não há integração. E mesmo as comunidades onde há famílias integradas as vias de acesso são precárias. Este é o caso do assentamento Taperuçu.

Para além destas dificuldades expostas pela empresa, as incursões em campo revelaram que há também uma grande concorrência por membros da agricultura familiar, atualmente quatro outras empresas atuam na região em regime de inclusão da agricultura familiar.

Afora de disputarem entre si, igualmente tem que lidar com os problemas já citados pelos empregados da empresa Biopalma e com as resistências dos agricultores. Diante dessas dificuldades, cada empresa tratou de criar programas específicos para atender à agricultura familiar.

“O nosso programa é o seguinte, a Vale/a Biopalma precisa plantar sessenta mil hectares próprios, e vinte mil da agricultura familiar, ou seja, são duas mil famílias, cada família correspondendo a dez hectares de dendê”⁶.

A empresa Biopalma estruturou seu programa com duas equipes, a equipe denominada Agricultura Familiar e a equipe de Desenvolvimento Social, ambas atuam de modo complementar e tem funções específicas no programa. Uma é responsável diretamente pela assistência técnica ao dendê e a outra atua na organização social, opções de geração de renda.

Além das regras feitas por meio das legislações, há também regras que são criadas pela empresa, todas com o fim último que é ter acesso à terra e ao trabalho das famílias de agricultores.

A primeira regra para os agricultores que vão se tornar “parceiros”⁷ da empresa Biopalma é possuir pelo menos vinte e dois hectares, dos quais dez seriam dedicados, exclusivamente, ao plantio do dendê e o restante seriam dedicados à Reserva Legal, sobrando dois hectares para a família fazer seus cultivos. O que claramente compromete

⁶ Entrevista concedida por empregado da Biopalma em janeiro de 2014.

⁷ Termo utilizado pela empresa para designar os agricultores que assinam contrato com a empresa e plantam dendê.

a reprodução da família camponesa que ainda tem o costume de cultivar em sistema itinerante, intercalando cultivos com períodos de pousio.

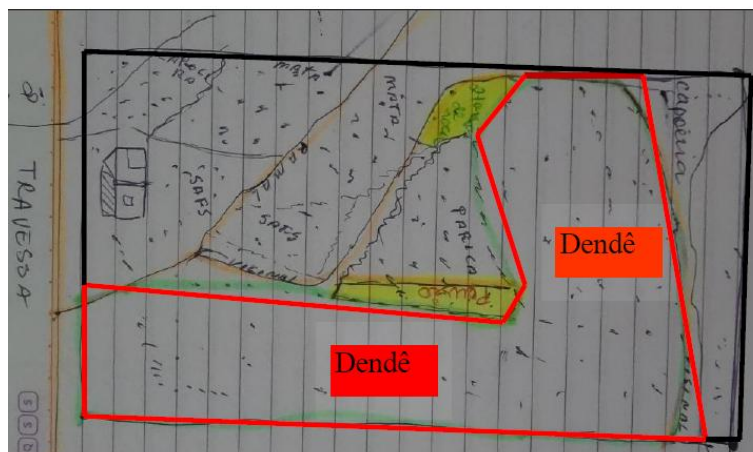


Figura 2. Croqui de uma área com 27 hectares

Dez hectares de dendê, nem mais nem menos. Não importa qual a capacidade da família, o foco da empresa é na disponibilidade de terra para o plantio de dendê. Ainda que a própria empresa tenha estabelecido critérios de elegibilidade baseados na disponibilidade de terra e mão-de-obra ao fim e ao cabo o que é determinante é a disponibilidade de dez hectares de terra.

Depois de verificada a disponibilidade de terra, ocorre a assinatura do contrato com a empresa, condição para que a família acesse o financiamento para dez hectares de implantação de dendê. O financiamento é elaborado pela própria empresa que é também responsável por prestar assistência técnica.

Inicialmente o valor financiado para o dendê chegava a R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais) por hectare, ou seja, cada família financiava até R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais). Atualmente estes valores são na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil) e R\$ 80.000,00 (oitenta mil), respectivamente.

Ao observar uma cédula de financiamento rural com valor de aproximadamente R\$ 65.000,00 observamos que 43.371,00 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e um reais), ou seja, 67,1% do financiamento fica com a empresa. Isto porque além de ser responsável pela assistência técnica a empresa também é fornecedora de mudas, adubos, sementes de puerária e outros materiais.

Desse total, R\$ 25.520,00 (vinte e cinco mil, quinhentos e vinte reais) são custos com fertilizantes. Sendo que ao ler a bibliografia especializada e levando em consideração

que não foi feita análise de solo para a cultura nota-se exagero na quantidade de adubos orçada pela empresa que chega a ser quase duzentos por cento acima das recomendações da Embrapa. Mas o discurso da empresa apregoa leva ao consenso de que ela vem atuando como uma parceira dos agricultores:

(...) a Biopalma compra navio fechado e passa pro produtor ao preço que compra. Se for comprar numa empresa no Moju sai a dois, dois reais e cinquenta...aqui tá um e vinte. O adubo que é utilizado na agricultura é o mesmo da empresa, a muda que tá plantada aqui é a mesma que vai ser plantada na agricultura familiar. Tudo é a mesma muda, tudo é a mesma assistência técnica. (Entrevista concedida por empregado da empresa em Janeiro de 2014).

Por falta de informação os agricultores não veem as desvantagens dessa “parceria” e até consideram que estão sendo beneficiados pela empresa⁸:

(...) a empresa ela nos fornece o adubo do preço que ela compra, que ela compra de lote. É então o adubo mais caro que chegou agora pra gente foi R\$ 1,26 [cada quilo]. (...) Esse adubo ele vem tudo ai, dividido nas parcelas, é pago incluído no projeto. (...) o banco deposita na conta da Biopalma, assina uma documentação que tem lá/que eles preparam, ai o banco libera pra conta da Biopalma. Na realidade o adubo deles tá bom, porque se a gente fosse comprar individual, tá de dois e pouco esse adubo ai. Tá, até tá sendo parceria isso, mas nas outras coisas meu irmão é fatal!

As famílias integradas tem a obrigação de manter os plantios sempre limpos e adubados para que se chegue à produtividade mínima de vinte e cinco toneladas por hectare. A colheita deve ser realizada até vinte quatro horas antes da entrega dos frutos, do contrário há perda na qualidade do óleo.

A empresa tem a obrigação de prestar assistência técnica continuada e comprar toda a produção. Os agricultores tem a obrigação de cumprir todas as recomendações técnicas e a atingir as metas de produção e vivem sob essa pressão constante ao ponto dos agricultores estarem abrindo mão de seu descanso dominical para cumprir as metas de produção e produtividade.

Em uma publicação, da Embrapa Amazônia Oriental, intitulada *Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar* Rui Gomes Júnior et al (2010) asseveram que os agricultores familiares ao se integrar ao agronegócio do dendê devem trabalhar sob mecanismos empresariais, e uma vez envolvidos na cadeia empresarial devem adotar procedimentos empresariais.

⁸ Consultamos valores no varejo que estavam mais baratos do que o valor praticado pela empresa. O discurso da empresa não subsistiu a uma simples consulta a um fornecedor de produtos agropecuários varejista, quanto mais a um fornecedor de atacado.

Em campo observamos que as descrições dos autores corresponde à forma como a empresa vem atuando na relação e no trato com agricultores familiares. Uma demonstração de que na prática a política não é de inclusão, mas de submissão e de subordinação.

A empresa Biopalma reconhecer o caráter peculiar da reprodução do campesinato e utiliza essa racionalidade a seu favor tentando forjar uma relação baseada na reciprocidade. O termo “parceria” não se dá ao acaso e é uma tentativa de tirar vantagens do sistema cultural camponês e até certo ponto vem dando certo.

Todavia, com a assinatura do contrato com a empresa as famílias são submetidas a arbitrariedades de uma racionalidade exterior à racionalidade que movimenta toda vida social das famílias camponesas, trata-se da racionalidade empresarial se impondo ao sistema cultural nos moldes apregoados por Gomes Júnior et al (2010):

- Planejamento em nível operacional das atividades da propriedade – os produtores deverão saber quais atividades deverão ser executadas em cada período do ano e a demanda de equipamentos e mão de obra para cada atividade e em cada período.
- Adotar procedimentos como cumprir prazos e atingir metas – o atraso na execução de atividades acarretará em prejuízos ao agricultor, a outros agricultores vizinhos e a agroindústria. O atraso da execução das atividades de manejo da cultura como coroamento, rebaixo e adubação resultarão em plantações com baixo desempenho. O atraso na colheita afetará a qualidade do produto e a logística de transporte da safra, prejudicando outros produtores envolvidos no fechamento da carga e a agroindústria pela queda na qualidade de óleo.
- Adotar tecnologias adequadas – o agricultor deverá estar acessível e executar tecnologias conforme treinamento disponibilizado pela agroindústria agregada, agências de ATER ou empresas de pesquisa. A adoção de tecnologias não validadas é um grande risco para o produtor. (Ibidem, p.9).

Ao assinar o contrato denominado “contrato de prestação de serviços de assistência técnica especializada”, num contrato de poucas páginas as lacunas são preenchidas por imposições da empresa que vão sendo feitas ao longo da relação. A empresa reveste-se de legitimidade para impor regras na organização do trabalho da família, no ritmo e na duração. Isto é feito por meio da pressão em torno da produtividade.

Como e quando utilizar a terra também é imposto. A princípio os agricultores eram interditados de cultivar qualquer outro tipo de cultura nas entrelinhas do dendê. Muitas famílias resistiram a essa proibição e como é peculiar a seu modo de conceber o

roçado, fizeram plantios de culturas alimentares nas entrelinhas do dendê e até de culturas perene e semi-perenes.

Diante das resistências a empresa “franqueou” o plantio de outras culturas nas entrelinhas do dendê, mas sob supervisão da assistência técnica que passou a determinar quando, como e o que plantar.

Para João Nahum e Cleison Bastos (2014) muitos agricultores se submetem a fazer os plantios de dendê por falta ou dificuldade em acessar programas e políticas públicas mais próximas de suas realidades. A empresa atua na lacuna que é deixada, propositalmente, pelo Estado, para que o capital privado possa atuar e assim se utilizar da estrutura e força de trabalho das famílias para ampliar a reprodução do capitalismo pelo e no campo.

Ainda que a relação estabelecida entre as partes seja assimétrica, as imposições da empresa não são aceitas de pronto e cotidianamente, como uma extensão de si mesmos, os agricultores resistem a essas imposições e vão fazendo adequações e inserindo o dendê em seu sistema cultural.

Além de contar com as resistências dos agricultores a empresa Biopalma conta com a concorrência de duas outras empresas que também trabalham em regime de contrato com agricultores familiares, trata-se da empresa Belém Bioenergia Brasil (BBB), pertencente à Petrobrás Biocombustíveis e à empresa européia GALP e a multinacional Archer Daniels Midland (ADM).

A atuação do PAF com duas frentes, uma na assistência técnica ao dendê e outra com o que eles denominam desenvolvimento social, se dá devido à necessidade de gerir estratégias de cooptação e fidelização de agricultores familiares, ficando isso a cargo da equipe de Desenvolvimento Social, como acentua um dos empregados da empresa ao falar dos GT's:

(...) são espaços de discussão sobre problemas na comunidade, sobre os gargalos que eles encontram, sobre os potenciais que eles acham que têm, sobre o desejo que eles têm de transformação. Então um grupo de trabalho é um fórum de debate sobre desenvolvimento local. (Apresentação da metodologia grupos de trabalho em reunião realizada em maio de 2014).

Essa estratégia é baseada no conhecimento de que ainda que produzindo para o agronegócio, os agricultores familiares não tem uma lógica empresarial e a dinâmica da

vida social, política e econômica são integradas a um todo social que dá sentido à existência, à coesão social e conformam uma visão de mundo que não é alinhada à busca do lucro.

Para além da assistência técnica para os tratamentos culturais do dendê, a Biopalma considera necessário que as condições de viabilidade da manutenção da vida no campo estejam satisfatórias, para que as famílias produzam com qualidade e o façam em longo prazo, pois esta é uma característica da cultura do dendê. Como a parceria é estabelecida com a agricultura familiar, estas —condições de viabilidade— são complexas, dinâmicas e em muitos aspectos, distintas da lógica de produção empresarial. Passam pela capacidade de produzir e se reproduzir socialmente, como modo de vida. Este é o pano de fundo da estratégia de fidelização. (Biopalma, 2013, p. 3).

Os agricultores findam lidando com uma empresa que atua de modo dicotômico. Uma equipe fazendo imposições e outra fazendo concessões, com espaços abertos para discussão, formação de grupos de trabalho, incentivo à organização social e à diversificação da produção.

Não obstante, ambas atuam para o mesmo fim, garantir terra, trabalho e produção para alimentar a agroindústria de dendê. Ao falar do trabalho da equipe de Desenvolvimento social e dos GT's, sem embaraço um dos empregados relata que “todo esse esforço é pra alimentar, objetivamente, essa usina e uma outra que é cinco vezes maior do que esta e que está sendo construída lá no Acará”.

Vemos que, conforme aceção de Francisco Costa (2009), a expansão da dendeicultura se impõe como um sistema agrário, tendo em vista que os arranjos institucionais forjados para sua implementação conjugam regras formais para o uso dos recursos naturais, do conhecimento tecnológico e laboral, levando em consideração as relações fundiária e mecanismo de acesso ao crédito e assistência técnica.

Avançando sobre a terra e a vida das famílias a dendeicultura se impõe como um meio de promover a inclusão social e a geração de emprego e renda no meio rural. As famílias que se integraram se deparam com diversas situações e constrangimentos e têm experienciado mudanças em seu modo específico de se organizar.

Primeiro pelas imposições advindas das obrigações contratuais, segundo impostas pelo ritmo da própria cultura do dendê, que até então não fazia parte do sistema de produção agropecuária, nem das práticas de transmissão de conhecimentos.

5. “PRA TODO LADO É SOFRIMENTO⁹”

A cultura do dendê demanda trabalho constante e árduo. Os quatro primeiros anos, diz a pesquisa e agricultores que já passaram por essa fase, são de trabalho muito intenso. A partir do quarto ano, com mais ênfase a partir do quinto ano de plantio os tratamentos culturais passam a ser menos frequentes, em contrapartida o trabalho com a colheita aumenta, pois a produtividade é maior.

Certa vez ouvi o depoimento de um agricultor da comunidade Arauaí no município de Moju-PA, que uma vez ao chegar ao plantio, diante de um trabalho tão exaustivo, jogou a água da garrafa fora e foi embora. Relatou que depois refletiu, ele já havia feito um financiamento, agora teria que honrar com seu compromisso, caso contrário, não estaria ensinando uma boa lição aos filhos. Desistir e voltar a palavra não era uma opção a ser considerada.

Semelhante ao caso do agricultor do Arauaí, citado anteriormente, as famílias do Assentamento Taperuçu têm trabalhado arduamente nesses primeiros anos. Um dos interlocutores chegou a citar que às vezes o corpo tá que não aguenta, mas pensam no compromisso, e que cada hora perdida, são toneladas a menos na produção. Pois se tem trabalhado além da exaustão é porque estão confiantes nos resultados da produção. Afirmou um dos agricultores que para trabalhar com o dendê “o cabra tem que ter sangue nos olhos”.

Em todas as famílias pesquisadas, os filhos que trabalham no dendê ainda estão em idade escolar, portanto, trabalham no dendê até dez, no máximo, onze horas da manhã. Muitos deles têm que se deslocar para o município de Concórdia do Pará, pois estão cursando o ensino médio e no Assentamento Taperuçu as escolas vão até o ensino fundamental.

As mulheres se dividem entre o trabalho no dendê e os afazeres da casa. Antes de começar o trabalho no dendê, elas fazem o almoço e cuidam das crianças que vão para a escola. Depois do trabalho no dendê continuam o trabalho na casa.

⁹ Frase de agricultor ao comparar o dendê e a mandioca. Ao justificar a opção em plantar dendê, afirmava que buscava melhorar sua renda, mas para “todo lado é sofrimento (...) a roça já dava trabalho o dendê dá o dobro”

No corte dos cachos toda a família é envolvida. Nos tratos culturais, os membros das famílias trabalham de acordo com suas disponibilidades, principalmente no segundo turno de trabalho.

Para as famílias que tem o dendê bem próximo às residências, a condução do dendê pareceu mais tranquila. Isso porque eles podem estender as horas de trabalho, e em dias que escurece mais tarde, “varam a noite roçando”.

Para os técnicos, embora, o dendê demande muito trabalho, no Assentamento Taperuçu as famílias vêm tendo dificuldades em manter os dendezaís por falta de organização do trabalho (se referindo a distribuição de dias dedicados a determinadas atividades) e a falta de união das famílias, que não se ajudam na condução do dendê.

No mínimo, desrespeitosa essa consideração, pois as famílias que plantaram dendê estão aprendendo a trabalhar com a cultura, estão tendo que docilizar seus corpos para os tratos culturais e corte.

Além do que os técnicos vêm fazendo o dimensionamento do trabalho e rendimento do dendê baseado no sistema empresarial. Entendemos que o rendimento do trabalho na agricultura familiar não pode ser mensurado em níveis empresariais.

Adicione a isto o fato de que embora venham dedicando-se quase integralmente ao trabalho no dendê, as famílias não vivem com exclusividade para o dendê, nem trabalham para cumprir meta de rendimento Homem/Dia, mas o trabalho por eles realizado tem um grau de envolvimento e de cuidado que demanda muito mais tempo de realização, até porque eles não realizam uma única atividade, a sua atuação é muito mais sistêmica.

Uma coroa é minuciosamente limpa. Os que pagaram alguém para fazer alguma atividade no dendê, quase sempre reclamou que o trabalho não fica bem feito, não fica “do jeito que a gente mesmo faz. Só paga mesmo quando é o jeito”.

Cabe ressaltar que o pagamento a terceiros, no Assentamento Taperuçu, é muito esporádico, em geral as atividades realizadas por terceiros vêm se resumindo à limpeza da vegetação. Adubação, colheita e poda são realizadas, preferencialmente, pelas famílias, pois tem a ver diretamente com o cuidar da planta.

Esse cuidar é realizado com esmero, um dos entrevistados ressaltou que a restrição a trabalho de terceiros para determinadas atividades é uma preocupação com as

plantas, “porque o funcionário às vezes nós pega ele lá, nós vai ensinar e ele vai com raiva lá, e pode até ofender uma planta daquela, vai dar prejuízo, que hoje uma planta dessa tá numa razão de três mil e quinhentos reais”.

Neste cálculo, é preferível demorar mais a executar determinadas atividades do que delegar a terceiros e este ofender uma planta. Uma planta ofendida não dará o retorno esperado, frustrando a produção, logo o trabalho da família. Ellen Woortmann (2009) afirma que o “saber camponês revela um conhecimento complexo sobre sua prática agrícola” (p. 119) e que falar sobre a relação homem e natureza sob a lógica camponesa, vai além da dimensão técnica, tem a ver com princípio morais, a esses princípios ela chama de “triângulo Deus, homem, terra” onde cada qual tem sua função.

Sob essa ótica, Deus, o homem e a terra tem trabalhos a cumprir para que as colheitas sejam bem sucedidas, no caso do trabalho com o dendê, a certeza de um retorno é a força motriz, nesse aspecto, tal qual os sitiantes pesquisados por Ellen Woortmann, os camponeses do Taperuçu estabelecem uma relação com a planta, num processo de humanização da natureza.

Termo como produtividade é substituído por expressões que remetem a uma ação da planta, como, “ela responde”, e “ofende”. No lugar de termos agronômicos ou técnicos, ou mesmo que remetam à ação que causou dano a planta, não é ação humana que vem na primeira ordem, mas o que a planta sente.

Mais que uma prosopopéia, tem a ver com o significado atribuído à natureza e à relação estabelecida entre o homem e a natureza. Uma relação que vai além do instrumental, uma relação de reciprocidade. (WOORTMANN, 2009).

Essa relação homem-natureza que tem caráter todo especial no campesinato é mesmo uma das grandes diferenças entre o trabalho do camponês e o trabalho do empresariado. Neste sentido, nem a terra, ou as plantas serão meramente um instrumento de reprodução do capital, nem a força física dos trabalhadores. A terra é mesmo o espaço de criação e reprodução de valor (WOORTMANN, 1988).

O espaço onde a vida se constitui e onde os presentes fazem reverência àqueles que já se foram, reproduzindo os conhecimentos repassados de geração a geração. Neste sentido, tem-se o estabelecimento de uma mudança - a partir da entrada do dendê, algumas atividades já não podem mais ser realizadas como antes. E o ciclo e demanda

de trabalho do dendê acaba por ditar o trabalho e o movimento da família em outras atividades.

Em virtude da demanda do trabalho no dendê muitas famílias do Assentamento Taperuçu têm ou deixado de plantar a roça de mandioca, ou reduzido as áreas de plantio. Como pode ser visto no Quadro 1, as atividades no dendê ocupam a semana inteira das famílias, chegando algumas famílias a trabalharem até o domingo, no caso das semanas em que está ocorrendo o corte dos cachos.

Quando estive no assentamento Taperuçu construí junto com os assentados um cronograma de trabalho, apresento uma média de como vem sendo a distribuição das atividades num dado mês, há algumas variações, para um dia a mais ou a menos, mas em geral esse cronograma é fiel à distribuição do trabalho das famílias (referência Junho-Novembro de 2014).

Quadro 1. Cronograma de trabalho no dendê.

	Domingo	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.
	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.
	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.
	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.
	29.	30.	31.				

Corte

Tratos culturais

Biopalma busca a produção

13

Devido ao impacto do dendê na organização da família, e que vem interferindo, inclusive, no repouso semanal das famílias, até os agricultores mais entusiasmados com o dendê veem com preocupação a não continuidade dos cultivos anuais: “eu sonhava, com os agricultores, essa forma de dendê: Dendê com as culturas que nós já conhece (...) hoje nos sente uma visão diferente. Nós quer plantar a mandioca?! Dá de plantar! Mas, se você for plantar a mandioca, você arranca o dendê”.

Na fala do agricultor ele revela uma preocupação, pois a mão de obra que o dendê exige é incompatível com a diversificação da produção no lote, e é preciso fazer a opção, e diante de uma dívida contraída, e de uma cultura já em produção, o que ele vem assistindo é

o abandono das culturas alimentares, o que nunca fez parte de seu sonho, mas hoje faz parte de sua realidade.

Outra preocupação dos agricultores é em relação ao mecanismo de preço estabelecido. O dendê gera uma série de produtos, todos com valor de mercado, mas o preço do Cacho de Fruto Fresco leva em consideração apenas o preço do óleo bruto.

(...) a empresa tem um contrato com a gente de compra, entendeu?! Bacana. Ótimo! Aí quando eu procuro eles: o que se aproveita do dendê? O que é que se perde do dendê? Aí eles dizem: nós só temos o compromisso de comprar, de repassar não. eu digo, então tá errado! Nós vamos brigar!

Durante a conversa o agricultor manifestou sua insatisfação pela apropriação do produto de seu trabalho e acha errado a empresa não repassar aos produtores parte do lucro obtido com a comercialização dos subprodutos do dendê, ou até dos refinados, como é o caso do óleo de palmiste.

A compra do dendê é feita apenas com base no preço do óleo bruto, mas a empresa também utiliza os restos do dendê como adubo orgânico e na geração de energia da caldeira, reduzindo os custos da empresa. O agricultor ressalta que o certo é a Biopalma repassar pro agricultor, tendo em vista a gama de produtos que ela gera com o dendê.

Perguntei a ele o que seria “repassar”, ele responde: “pra comprar um quilo de torta de dendê, aqui na fábrica vizinha custa, quarenta e cinco centavos [para, me olha no rosto e afirma] NÃO SE PERDE NADA!” e segue argumentando, “porque se eu tô produzindo um produto e só me interessa saber se tem comprador?! Não! Me interessa saber o que ele vai produzir no total”.

Nesta fala, o agricultor, num tom de reivindicação, expressa sua inconformidade por se ver separado do resultado de seu trabalho, reforça minha inferência anterior no que tange a apropriação da sua força de trabalho e tem consciência de que está numa relação de exploração, ainda que saiba que com organização conseguiria superar este quadro e fazer a empresa repassar aos agricultores parte do lucro que auferem com a venda dos outros produtos.

O que falta, tá faltando, é organização no grupo, entendeu? ORGANIZAÇÃO, por que?! É muito bom a gente tá aqui preocupado com seis, oito toneladas de dendê e a firma chegou, pesou, levou...aí vai tirar seu bilhões (...) e o agricultor não sai daqueles centavos.

Uma das características do campesinato é o controle sobre os meios de produção e sobre a própria produção. O produto de seu trabalho pertence a sua família, os agricultores do Assentamento Taperuçu sentem que a empresa vem se apropriando de seu produto, logo de seu trabalho. As falas remetem a um sentimento de alienação do produto do seu trabalho e se incomodam e recusam esse processo de expropriação e exploração próprio das relações capitalistas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de leituras sobre integração de camponeses, a subsunção do campesinato pelo capitalismo e a expansão da dendeicultura na Amazônia e sobre o sistema familiar de produção, e ainda levando em conta que os sistemas de acesso aos mercados para camponeses é deficitário e a integração proporciona a comercialização da sua produção, logo, a geração de renda no meio rural, propus-me a abrir uma primeira interrogação. Será mesmo o diabo?

Começo pelo primeiro e mais repetitivo argumento, a subsunção do campesinato pelo capitalismo. A produção orientada para o mercado encerraria as relações tradicionais, e subverteria as lógicas de camponeses, acabando com suas relações sociais e estabelecendo vínculos meramente econômicos?

De acordo com o próprio referencial teórico escolhido por mim para essa dissertação, assertivas deste tipo estariam desconsiderando o caráter social do mercado e da economia. Em campo, pesquisando no assentamento Taperuçu, percebi que a integração ao mercado foi determinante na escolha pelo dendê.

A outra face do diabo diz respeito às relações engendradas para a produção. A docilização dos corpos para a execução de atividades que não faziam parte do cotidiano dos camponeses. As regras impostas, o ritmo do trabalho exigido e a constante pressão por produção, compõem o processo de tentativa de apropriação do trabalho alheio.

A apropriação da terra, via dendê, sobre o qual a empresa pensa e age como se detivesse não só o conhecimento, mas o completo domínio, aliado às regras que buscam interditar o uso do conhecimento e de práticas tradicionais, compõem o acervo de dominação capitalista e avanço autoritário do capital no campo e reforça o *ethos* capitalista de apropriação via espoliação, a acumulação primitiva revisitada.

Comprar o produto baseado no preço apenas do óleo bruto, e explorando economicamente e até nos seus próprios plantios outros produtos, como a torta do dendê e o palmiste representa a alienação do trabalhador de seu produto e a apropriação do produto e do trabalho dos camponeses, eles são cientes e lutam contra isso.

A pressão exercida pela empresa sobre as famílias exigindo produtividades e deliberadamente assediando quando essas não conseguem é uma das faces mais maléficas dessa relação. Estamos falando de pais e mães de família que são referência para seus filhos, mas que são tratados com refutações severas, tanto que no GT, embora trabalhem no dendezal, não é comum a participação dos jovens nessas reuniões.

No entanto, essa face do diabo, representado aqui pelas relações de produção na integração não é aceita sem ressalvas e sem resistências. Ainda que a empresa Biopalma tenha utilizado de argumentos e táticas para entrar no mundo camponês e utilizar o modo de ser camponês para fidelizá-los.

Os camponeses, como produtores de mercadoria não podem prescindir de acesso ao mercado, mas almejam, desejam, querem um mercado justo e inclusivo. Neste sentido, percebo que a integração até engendrou mudanças na organização do trabalho, muito mais devido às exigências da cultura do dendê do que pelas exigências da empresa.

Uma prova axiomática é a diversificação da produção que vem sendo feita nas entrelinhas dos plantios de dendê, apesar de todos os protestos da empresa as famílias mantiveram, ainda que modestamente, a cultivar nas entrelinhas do dendê. Ao ponto da pesquisa se voltar a buscar alternativas viáveis de consórcio com o dendê, adequadas à agricultura familiar. Isso se deve muito mais em virtude das resistências à integração do que uma preocupação com a reprodução camponesa.

É inegável que há um processo de apropriação do trabalho, dos resultados do trabalho e uma alienação dos resultados da produção. No entanto, a proletarização e a descampenização extrapolam os aspectos ligados à exploração da mão-de-obra e apropriação do excedente produzido, ela também é um processo subjetivo, uma usurpação das subjetividades.

A expropriação que a empresa empreende vem sendo resistida, pois mesmo ela insistindo em tratá-los como seus trabalhadores, trabalhadores da empresa eles não são e

nem querem ser, por isso, lutam todos os dias pela sua autonomia, maior ponto de tensão entre a empresa e as famílias.

A pesquisa levou-me a concluir que o que vem ocorrendo no Assentamento Tapereçu nega veementemente as conclusões apressadas sobre a descampenização de agricultores integrados, também mais uma vez refuta as conclusões acerca da inexorável proletarização de agricultores que se integram ao grande capital.

Uma vez integrados, os agricultores têm travado lutas contra a expropriação, contra as tentativas de proletarização e tem sido infatigáveis na manutenção de suas integridades pessoal, moral e de grupo. Tem lutado para resguardar seus sistemas culturais e seu modo de vida. O que vem sendo conseguido a duras penas e com muita resiliência.

7. BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY. R. Introdução. In Ricardo Abramovay (org) **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. Editora Senac. São Paulo – SP, 2009. p. 9-18.

ALMEIDA, J. R. **Criação de valor sustentável e o óleo de palma no Brasil**. Dissertação de mestrado. Escola de Administração de Empresas de São Paulo 2012. 139 páginas. Disponível em < bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/9693> acesso em 17 de julho de 2013.

BIOPALMA. **Guia Grupos de Trabalho para o Desenvolvimento Local: estratégia de Fidelização do Programa de Agricultura Familiar**. Belém-PA, 2013.

BOURDIEU, Pierre. A gênese do conceito de *haitus* e campo. In **O poder simbólico**. Coleção Memória de Sociedade. Rio de Janeiro. Editora Bertand Brasil S.A, 1989.

BRASIL. **Decreto Nº 5.297, de 6 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2004/dec5297.htm>.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever. *In* Roberto Cardoso de Oliveira. **O trabalho do Antropólogo**. 3. Edição. Editora Unesp. São Paulo-SP, 2006. p. 17-36.

COSTA, F. A. Desenvolvimento agrário sustentável na Amazônia: trajetórias tecnológicas, estrutura fundiária e institucionalidade. *In*: BECKER, B.; COSTA, F. A.; COSTA, W. M. **Desafios ao Projeto Amazônia**. Brasília: CGEE, 2009. p. 215-363.

_____. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira**. Belém-PA. NAEA, 2012.

DINIZ, J. F; FAVARETO, A. Os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado de matéria-prima para o biodiesel no Brasil. **Revista Estudos, sociedade e Agricultura**, v. 22, nº2, outubro de 2012. Disponível em: <r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/351/347> acesso 03 de maio de 2013.

FAVARETO, A; KAWAMURA, Y; DINIZ, J. F. Controvérsias científicas e sociais na produção de biocombustíveis: uma avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. *Contemporâneos, revista de arte e humanidades*, nº 9. Novembro de 2011 a Abril de 2012. Disponível em <revistacontemporaneos.com.br/n9/.../controversias-biocombustiveis.pdf> acesso em 14 de junho de 2014.

GOMES JÚNIOR, R. A [et al]. Análise econômica da cultura da palma de óleo na agricultura familiar. *In* Rui Alberto Gomes Júnior (org) **Bases técnicas para a cultura da palma de óleo integrado na unidade produtiva da agricultura familiar**. Embrapa Amazônia Oriental. Belém-PA, 2010d. parte IV, página 15 a 24.

GTI. **Relatório técnico sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal-biodiesel como fonte alternativa de energia**. Casa Civil da presidência da República. Brasília-DF, 2003

HÉBETTE, J. MOREIRA, E. S. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu paraenses. *In* Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes e Rosa Acevedo Marin (orgs). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. Brasília: Unesp. 2009. Vol. 1. P. 187-208. versão *on line*, disponível no endereço eletrônico: <<http://w3.ufsm.br/gpet/files/Diversidade%20do%20Campesinado%20I.pdf>> acesso em 18 de Agosto de 2011.

LIMA, A. M. **Estudos recentes e perspectivas da viabilidade técnico-econômica da produção de biodiesel**. Embrapa Agroenergia. Brasília-DF, 2011. Disponível em <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66489/1/doc08-Alice.pdf>> acesso em 21 de Agosto de 2014.

MARTINS, J.S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. In **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. Editora Contexto. São Paulo, 2009.

MAUSS, Marcel. O ensaio sobre a dádiva: forma e e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

NAHUM, J. S; BASTOS. Dendeicultura e descampesinização na Amazônia paraense. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, abr. 2014. p. 469-485. 157

Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/23628/14394>> acesso em 13 de Setembro de 2014.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional, in Elinao sérgio Azevedo Lopes; Dalva maria da Mota e Tânia Elias Magno da silva (orgs), **Ensaio – Desenvolvimento rural e transformações na Agricultura**. Aracaju, Embrapa Tabuleiros costeiros, 2002, p. 131-159.

PEIRANO, Mariza. Etnografia, ou teoria vivida. **Revista Ponto Urbe**. Ano 2. versão 2.0. Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo-SP. Fevereiro de 2008. Disponível em <<http://n-a-u.org/pontourbe02/Peirano.html>>, acessado em 03 de Junho de 2014.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: Entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond Ltda, 2009.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos**

teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M. ; Vivien Diesel. (Org.). **Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.

TAUSSIG, M. **O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul**. São Paulo-SP: UNESP. 2010.

VICTORA, C. O ético e o legal nos processos de apropriação profissional da experiência social. In Cyntia Sarti e Luiz Fernando Dias Duarte. **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. ABA. Brasília-DF, 2013. p. 106 a 171.

WANDERLEY, M. D. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Porto Alegre-RS: UFRGS. 2009. p. 155-183. WANDERLEY, M. N. B. **Um saber Necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas. SP. Editora da Unicamp, 2011.

WOORTMANN, E. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In Emilia Pietrafesa de Godoi, Marilda Aparecida de Menezes, Rosa Acevedo Marin (orgs.), **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v.2: estratégias de reprodução social – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 119-130. Versão *on line*, disponível no endereço eletrônico <http://w3.ufsm.br/gpet/files/Diversidade%20do%20Campesinato%20II.pdf> acesso em 18 de Agosto de 2011.

WOORTMANN, K. (1988). "Com parente não se neguceia": o campesinato como ordem moral. In **Anuário Antropológico**. Editora UNB. Brasília-DF. p. 11-73.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília-DF. Editora UnB, 1997.